

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.269 - RJ (2019/0357080-4)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : ESTEVÃO VITOR SILVA DE ASSIS (PRESO)  
**ADVOGADO** : RAFAEL AUGUSTO OGLIARUSO DE SOUZA - RJ176750  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Estevão Vitor Silva de Assis**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que denegou a ordem ali impetrada (fls. 30/34 – *Habeas Corpus* n. 0064071-45.2019.8.19.0000), mantendo a segregação cautelar imposta pelo Juízo de Direito da 41ª Vara Criminal da comarca do Rio de Janeiro/RJ, por considerá-la necessária para a garantia da ordem pública (fls. 252/253 – Autos n. 0102644-52.2019.8.19.0001), pela prática, em tese, dos crimes de estelionato e de participação em organização criminosa.

No presente recurso, sustenta-se que *o decreto de prisão preventiva do paciente não apresenta motivação idônea, somente aduzindo que a ordem pública estaria ameaçada com a sua liberdade* (fl. 50).

Postula-se, então, o conhecimento e provimento liminar do recurso para que seja revogada a prisão preventiva do recorrente.

É o relatório.

Busca o recurso a revogação da prisão preventiva imposta ao recorrente, ao fundamento de garantia da ordem pública, pela prática, em tese, dos crimes de estelionato e de participação em organização criminosa, ao argumento de deficiência de fundamentação do decreto prisional.

Inicialmente, transcreve-se a fundamentação do decreto preventivo (fls. 252/253):

#### **Da representação por prisão preventiva**

A Douta Autoridade Policial representa, ainda, pela prisão preventiva, às fls. 124/126.

Instado a se manifestar, o Ministério Público é favorável à representação em comento, a fl. 149.

Tudo bem examinado, verifico que, de fato, a custódia cautelar dos acusados, é

# Superior Tribunal de Justiça

medida que se impõe, conforme explico abaixo.

Consoante já narrado, existem fortes indícios de materialidade e autoria quanto aos supostos crimes descritos na Inicial, os quais se adequam, *prima facie*, ao artigo 171 do Código penal, por duas vezes, em concurso material, e artigo 2º da Lei 12.850/2013, delitos cujas penas máximas cominadas (05 e 08 anos de reclusão, respectivamente) permitem o decreto ora pretendido, vez que acima de 04 anos.

Conforme depreende-se dos documentos angariados, os denunciados seriam contumazes na prática do delito de estelionato e, pior, de forma organizada, logrando arrecadar bens de alto valor monetário em desfavor dos lesados, conforme já explicitado.

Verifica-se pois, a gravidade das infrações penais em questão, mormente porque, *prima facie*, depreende-se que os denunciados não têm qualquer intenção em obstar suas condutas em verdadeiro desprezo pela vida em sociedade vez que supostamente estão organizados justamente para reiterar o delito de estelionato da forma como aqui foi descrito, a efetivamente recomendar o decreto do cárcere preventivo.

Frise-se também, que, embora o reconhecimento tenha sido fotográfico (fls. 07 (WELLINGTON por **Ranancy**), 08 (WELLESON por **Ranancy**), 11 (WELLINGTON por **João Missão Yoshida**), 17 (WELLESON por **Arthur Silva do Cesar**), 18 (WELLINGTON por **Arthur Silva do Cesar**), 21 (WELLINGTON por **Julio Cesar**), 22 (RAPHAEL por **Julio Cesar**), 118 (LUIS ORLANDO por **Arthur Silva do Cesar**), o reconhecimento foi hígido e sem máculas, sendo certo que muitas das fotografias foram tiradas pelos próprios lesados à ocasião do delito.

Imperiosa, portanto, a decretação da segregação cautelar dos denunciados, com o intuito de restabelecer a Ordem Pública, motivo previsto no artigo 312 do CPP, a mostrar, destarte, uma rápida resposta do Poder Judiciário para o corpo coletivo no que toca aos delitos praticados, uma vez que os comportamentos infracionais praticados pelos denunciados intranquilizam sobremaneira a paz social, impactada por práticas criminosas dessa natureza.

No caso em comento, não se vislumbra, dentre as providências previstas no artigo 319 do CPP, outra medida cautelar idônea à elisão do risco a Ordem Pública. O encarceramento preventivo é, *in casu*, necessário.

Finalmente, importa salientar que eventuais condições subjetivas favoráveis aos denunciados, como residência fixa e exercício de atividade laborativa lícita, não são suficientes à revogação da prisão preventiva, se presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar.

Face ao exposto, **DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DE WELLINGTON RODRIGUES BENTO DE OLIVEIRA, WELLESON JESUS DE SANTANA, LUIS ORLANDO DE OLIVEIRA ALVES, RAPHAEL SILVA DE MOURA e ESTEVÃO VITOR SILVA DE ASSIS**, com fulcro no artigo 312 do CPP.

Da análise dos autos, tem-se que o Magistrado singular não apontou indícios concretos de como o ora recorrente teria colocado em risco a ordem pública, apenas tecendo considerações sobre a gravidade abstrata do delito – depreende-se que os

# Superior Tribunal de Justiça

*denunciados não têm qualquer intenção em obstar suas condutas em verdadeiro desprezo pela vida em sociedade vez que supostamente estão organizados justamente para reiterar o delito de estelionato da forma como aqui foi descrito (fl. 252) – e sobre as consequências do crime na sociedade – os comportamentos infracionais praticados pelos denunciados intranquilizam sobremaneira a paz social, impactada por práticas criminosas dessa natureza (fl. 253) –, carecendo o decreto preventivo, assim, de fundamento apto a consubstanciar a prisão.*

Então, tem-se que o decreto preventivo não está de acordo com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual, *o Juízo de primeiro grau mencionou a gravidade abstrata dos crimes imputados ao réu e a presença dos vetores contidos na lei de regência para justificar a necessidade da custódia preventiva* (RHC n. 82.118/RJ, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 1º/8/2018).

No mesmo sentido: RHC n. 102.122/MS, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 12/3/2019; e HC n. 529.035/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 24/10/2019.

Assim, em juízo de cognição sumária, presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano, elementos indispensáveis à concessão da tutela de urgência.

Em razão disso, **defiro** o pedido liminar para assegurar ao recorrente o direito de aguardar em liberdade o julgamento do mérito do presente recurso, salvo se por outro motivo estiver preso, facultando-se ao Magistrado singular determinar o cumprimento de medidas cautelares alternativas à prisão.

Comunique-se com urgência.

Solicitem-se informações e cópias dos principais atos processuais, no prazo de 10 dias, ao Juízo de primeiro grau competente, quanto às alegações do presente recurso, devendo a solicitação ser acompanhada de cópias das razões recursais (fls. 42/52) e desta decisão liminar.

Após, com as informações, ao Ministério Público Federal para parecer.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

